

## O LUGAR DA CULTURA



Jornal Caeté

### O LUGAR DA CULTURA

A real demanda do país por apoio a iniciativas e projetos culturais ainda está longe de ser atendida

PAULA GOMIDES-Comunicação e Relações Sociais da CSul-Desenvolvimento Urbano

"Cultura não é ler muito, nem saber muito; é conhecer muito." O escritor português Fernando Pessoa, em uma de suas aclamadas citações, já designava a importância do contato com a diversidade de práticas e expressões culturais no processo de formação social e intelectual dos cidadãos.

Da música à literatura, passando pelo teatro, artes plásticas, dança e tantas outras formas de arte conhecidas pelo homem, todas exercem uma função catalisadora na busca do ser humano pelo autoconhecimento e pelo entendimento do seu papel na sociedade.

Mas, do ponto de vista político, cabe uma reflexão sobre o lugar que a cultura ocupa na agenda de discussão do poder público e como, nos últimos anos, os diferentes agentes sociais têm somado forças e atuado de forma conjunta para contribuir para a preservação e disseminação de elementos que são símbolos intrínsecos à identidade brasileira.

O texto da Constituição do Brasil – considerada por estudiosos como uma das mais avançadas do mundo ocidental – prega que a cultura é um bem e um direito de todo cidadão e que é dever do Estado proporcionar os meios de acesso a todas as fontes culturais.

No entanto, nos últimos anos, o que se percebe no país é que esse tema – assim como tantos outros – vem sendo relegado a segundo plano pelo governo, tendo como consequência, por exemplo, a extinção de importantes programas nacionais.

No recente corte de orçamento anunciado pelo Ministério do Planejamento (MP), o Ministério da Cultura (MinC) perdeu 33% dos recursos previstos para 2015, o que equivale a R\$ 466 milhões da sua receita inicial, uma vez que o valor projetado, que era de R\$ 1,39 bilhão, após todos os cálculos, acabou ficando em R\$ 927 milhões. Para se ter uma ideia, em 2014, a verba reservada ao MinC foi de R\$ 3,26 bilhões.

Nesse cenário de crise e de contingenciamento de despesas, o setor cultural privado também é ameaçado, incluindo os projetos financiados pelas leis de incentivo, que, na maioria dos casos, proporcionam o acesso a eventos e programações para a população de forma gratuita.

Apesar da implementação de algumas ações pelo poder público nesse âmbito, como o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído em 2010, e o Vale Cultura, em 2012, a real demanda do país por apoio às iniciativas e projetos culturais ainda está longe de ser atendida, o que faz com que muitas pessoas e empresas se empenhem no processo de democratização do acesso à arte.

De um modo geral, entre os principais desafios de se estabelecer na prática o que regem as políticas públicas brasileiras, estão os altos preços de eventos culturais, as barreiras sociais, distâncias físicas de espaços onde acontecem as ações e, claro, a falta de opção, principalmente em cidades longe dos grandes centros e de menor porte, onde a oferta quase não existe.

Todos esses fatores são, acima de tudo, reflexo de uma sociedade que não enxerga a cultura como parte fundamental na constituição dos direitos humanos e na formação educacional dos indivíduos de uma nação, questões essenciais para a criação de um país igual, livre e plural.

É mais que urgente a necessidade de reconhecimento e apoio às ricas manifestações artísticas do Brasil. Em Minas Gerais, estado berço de poetas, pensadores, escultores e cantores, algumas empresas têm buscado oferecer suporte para que as mais diferentes formas de cultura cheguem até a população, que, em sua maioria, nunca foi ao cinema ou ao teatro, por exemplo.

É o caso da CSul Cultural, projeto que está sendo lançado no final deste mês, com um show da Orquestra Ouro Preto, na Lagoa dos Ingleses, e que tem o objetivo de levar atrações musicais, cênicas e de literatura ao Votoruporã da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e do entorno.

O lugar social da cultura é indiscutível. É ela que promove a integração entre todos, sem distinção, e que ajuda a formar cidadãos mais conscientes e abertos ao novo.

Todo ser humano é essencialmente cultural, ele nasce, cresce e morre com sua língua, ritos e instituições, mas é dever de todos, do cidadão comum, do empresário e do governo, criar subsídios para que nossos costumes, tradições e todas as formas de arte sobrevivam e ganhem mais espaço na agenda pública e na sociedade como um todo.

